



MUNICIPIO DE LUCIANOPOLIS

RELATÓRIO CONCLUSIVO

Dezembro de 2024

**CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO CONCLUSIVO**

Gestão Orçamentária Execução - apuração até 31/12/2024

De acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 1.824, de 05 de dezembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2024, a receita inicial foi prevista em R\$ 27.500.000,00, e posteriormente foi mantida em R\$ 27.500.000,00.

Essa estimativa inclui as receitas correntes no valor de R\$ 31.105.000,00, as receitas de capital de R\$ 1.145.000,00, e a dedução correspondente ao FUNDEB, no valor de R\$ 4.750.000,00.

Ao final do exercício de 2024, foi arrecadado e apropriado, conforme o regime de caixa e em conformidade com o Art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964, um montante de R\$ 26.817.554,78, o que representa 97,52% da receita inicialmente prevista. Como já mencionado nos relatórios bimestrais anteriores sobre o cumprimento das metas fiscais, houve um déficit de 2,48% na arrecadação.

Para a apuração do resultado orçamentário, destacamos que houve transferências de duodécimos no valor de R\$ 975.000,00, com uma devolução de R\$ 285.259,85, resultando em um valor efetivo de R\$ 689.740,15.

Conforme o quadro demonstrativo, a relação entre a receita arrecadada e as despesas empenhadas, liquidadas e pagas se comportou da seguinte maneira:

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
DESPESAS CORRENTES	24.792.855,23	92,450%	24.681.659,32	92,035%	24.472.330,32	91,254%
DESPESAS DE CAPITAL	1.422.915,72	5,3059%	863.434,47	3,2196%	807.746,22	3,0120%
SUBTOTAL DESPESA	26.215.770,95	97,756%	25.545.093,79	95,255%	25.280.076,54	94,266%
SUBTOTAL DESPESA C/ DUODÉCIMOS E TRANSF.	26.905.511,10	0,3279%	26.234.833,94	97,827%	25.969.816,69	96,838%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-87.956,32	-0,327%	582.720,84	2,1729%	847.738,09	3,1611%

Ao comparar o total da receita arrecadada com a despesa empenhada (ou seja, a despesa autorizada), foi identificado um déficit de R\$ 87.956,32. Vale destacar que foram abertos créditos adicionais suplementares no montante de R\$ R\$ 4.390.384,33, em decorrência do superávit financeiro referente ao exercício de 2023.

Em contraste, ao comparar a receita arrecadada com a despesa liquidada, que corresponde ao compromisso efetivo de pagamento assumido com os fornecedores, observou-se um **superávit orçamentário** de R\$ 582.720,84 no exercício.

Disponibilidade Comprometida - apuração até 31/12/2024

A classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) visa agrupar receitas que compartilham as mesmas normas de aplicação nas despesas. Em geral, as fontes ou destinações de recursos agrupam recursos provenientes de códigos específicos da classificação por natureza da receita orçamentária, de acordo com as regras estabelecidas previamente. Por meio do orçamento público, essas fontes ou destinações são associadas a determinadas despesas, com o objetivo de evidenciar os meios para alcançar os objetivos públicos.

Esse mecanismo contribui para o cumprimento do parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do art. 50, inciso I, da mesma lei:

“Art. 8º

Parágrafo único. *Os recursos legalmente vinculados a uma finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, mesmo que em exercício diferente daquele em que ocorreu o ingresso.”*

“Art. 50. *Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:*

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;”

O quadro abaixo tem como finalidade verificar a correta aplicação e o fluxo dos recursos para sua finalidade específica.

FONTE DE RECURSO	DISPONÍVEL	COMPROMETIDO	DISPONIBILIDADE
OUTRAS FONTES DE RECURSOS	88.485,43	0,00	88.485,43
OUTRAS FONTES DE RECURSOS-exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIO	97.236,29	77.989,29	19.247,00
TESOURO	2.742.437,85	317.183,37	2.425.254,48
TESOURO-exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	633.503,91	141.644,91	491.859,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS-ex. anteriores	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	2.845.275,76	476.866,13	2.368.409,63
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS-ex. anteriores	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.406.939,24	1.013.683,70	5.393.255,54

Aplicação no Ensino - apuração até 31/12/2024

Específico à aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município teve uma receita de impostos e transferências correspondente ao montante de 25.976.002,92.

Conforme determina o artigo 212, da Constituição Federal, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino deve ser de 6.494.000,73, equivalente a 25% da receita.

As despesas com o ensino infantil e fundamental (empenhadas, liquidadas e pagas), assim como os percentuais respectivos estão demonstradas no quadro a seguir:

Receitas e Transferências de Impostos :					25.976.002,92	
Valor de aplicação mínima (25%) :					6.494.000,73	
DESCRITIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
Ensino Infantil	1.148.748,30	4,42	1.139.383,30	4,39	1.136.477,78	4,38
Ensino Fundamental	2.390.479,25	9,20	2.356.851,23	9,07	2.332.729,33	8,98
Retenções FUNDEB	4.596.697,78	17,70	4.596.697,78	17,70	4.596.697,78	17,70
Deduções Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções Ensino Fundamental	4.157,55	0,02	4.157,55	0,02	4.157,55	0,02
FUNDEB retido e não aplicado no retorno	44.613,28	0,17	44.613,28	0,17	51.598,18	0,20
TOTAL	8.087.154,50	31,13 %	8.044.161,48	30,97 %	8.010.149,16	30,84 %

Do quadro acima, considerando a despesa empenhada, conclui-se que o Município aplicou 6,13 % acima do limite constitucional em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na mesma linha, atentando-se à despesa liquidada, temos que o Município aplicou 5,97 % acima do limite constitucional.

Aplicação Recursos FUNDEB - apuração até 31/12/2024

O Controle Interno do Município verificou quanto ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais da Educação), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que o montante das receitas foi da ordem de 1.660.435,83.

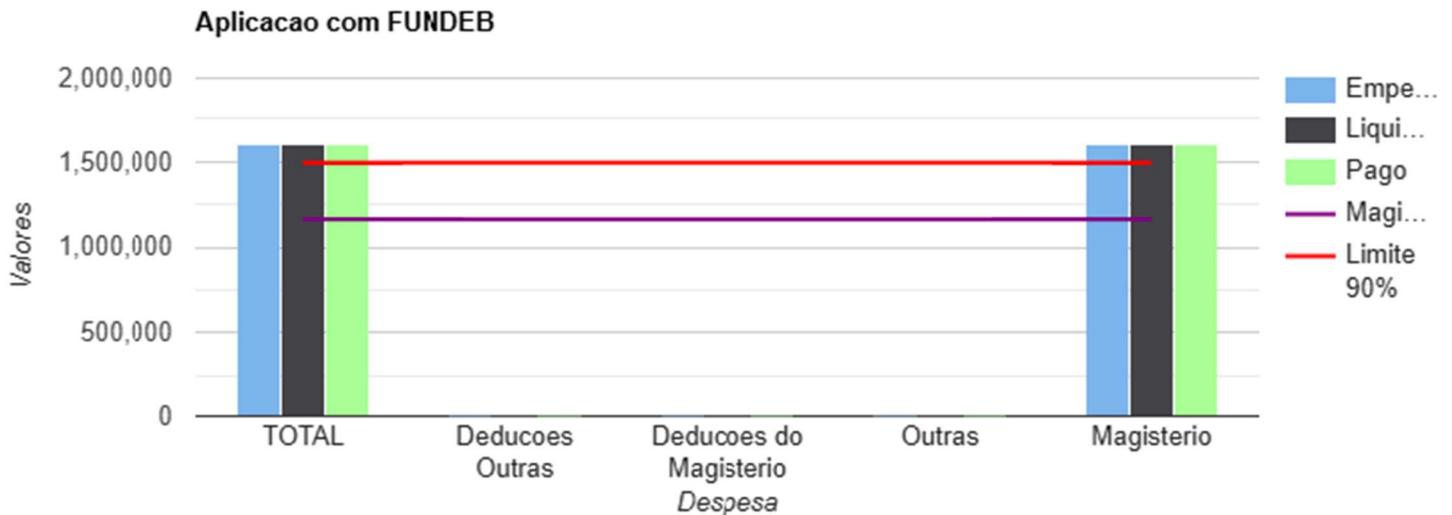
Desta forma, para que ocorra a aplicação mínima de 90% exigidas na lei supramencionada (art. 25, § 3º), será necessária a utilização de, no mínimo, 1.494.392,25 dos recursos do FUNDEB no presente exercício.

Ainda, 1.162.305,08, equivalente a 70% dos recursos do FUNDEB, deverão ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício da rede pública (art. 26).

Receitas do FUNDEB :							1.660.435,83
Valor de aplicação mínima (90%) :							1.494.392,25
Valor de aplicação mínima (70%) :							1.162.305,08
DESCRITIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%	
Magistério	1.603.897,45	96,59	1.603.897,45	96,59	1.596.912,55	96,17	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções do Magistério	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	1.603.897,45	96,59 %	1.603.897,45	96,59 %	1.596.912,55	96,17 %	

Assim, das informações contidas acima, considerando o total da despesa empenhada, conclui-se que o Município aplicou 96,59 % dos recursos oriundos do FUNDEB dentro do exercício financeiro em que foram creditados, percentual **atende** ao disposto no artigo 25, §3º, da Lei do FUNDEB.

No que tange à aplicação de no mínimo 70% da receita do FUNDEB na manutenção do magistério, constata-se com base na despesa empenhada a realização do percentual de 96,59 %, **cumprindo** a determinação do artigo 26, da Lei do FUNDEB.



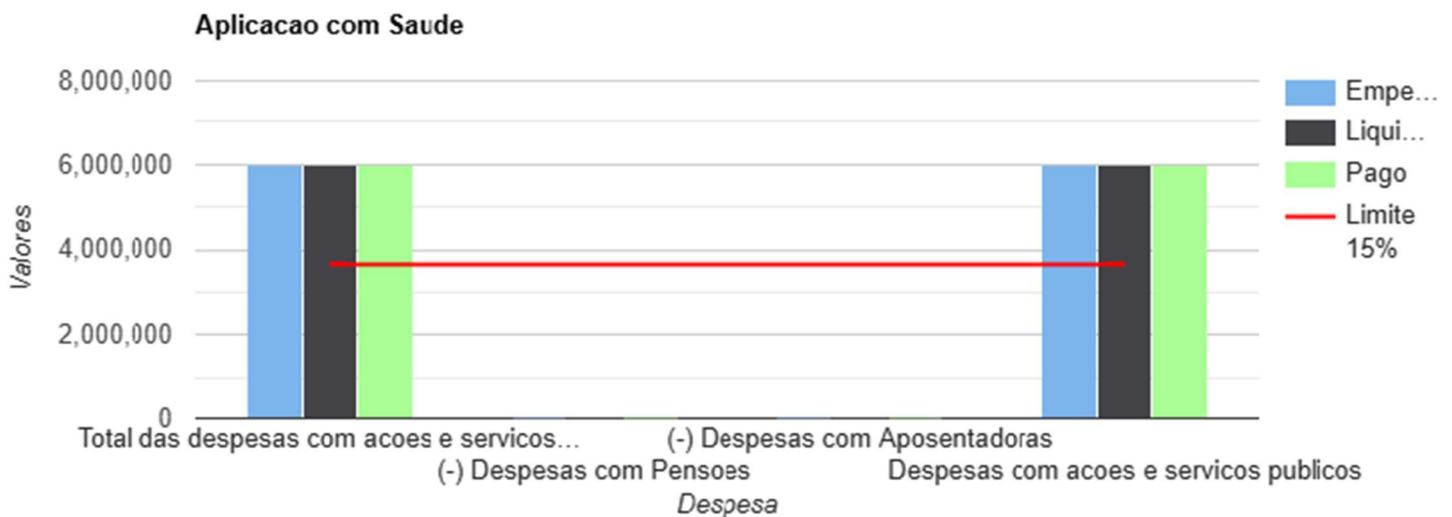
Aplicação na Saúde - apuração até 31/12/2024

Conforme dispõe o artigo 77, III, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município deve aplicar 15% nas ações e serviços de saúde.

Considerando o total de receita de impostos de 24.339.575,71*, a aplicação mínima corresponde a um investimento nas ações da saúde da ordem de 3.650.936,36.

Desta forma, considerando as informações contidas no quadro abaixo, especialmente analisando a despesa empenhada, o Município deu pleno atendimento ao disposto pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Receitas e Transferências de Impostos :	24.339.575,71					
Valor de aplicação mínima (15%) :	3.650.936,36					
DESCRITIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%	PAGA	%
Despesas com ações e serviços públicos	6.007.647,40	24,68 %	6.001.235,41	24,66 %	5.970.141,68	24,53 %
(-) Despesas com Aposentadoras	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
(-) Despesas com Pensões	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Total das despesas com ações e serviços públicos	6.007.647,40	24,68 %	6.001.235,41	24,66 %	5.970.141,68	24,53 %



* A classificação da receita 17115121 - COTA-PARTE DO FPM- COTAS EXTRAORDINARIAS - PRINCIPAL não entra na base de cálculo dos impostos conforme Layout do Demonstrativo da Saúde – 2023_V03 disponível em: https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/audesp-documentacao/Demonstrativo%20da%20Saude%20-%202023_V03.xls.

Despesas com Pessoal - apuração até 31/12/2024

Na análise da despesa com pessoal do poder executivo, foi necessário apurar a Receita Corrente Líquida (RCL) conforme as normas contábeis em vigência.

Desta forma, a RCL dos últimos doze meses (01/2024 a 12/2024), conforme normas e metodologias da Secretaria do Tesouro Nacional, corresponde a R\$ 26.274.944,40.

Além disso, tendo-se em vista que a despesa total com pessoal para o mesmo período (01/2024 a 12/2024) foi da ordem de R\$ 10.652.461,17, foi possível apurar o percentual da despesa de pessoal, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	RCL	% REFERÊNCIA
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.188.469,98	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.479.046,48	51,30 %
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.769.622,98	48,60 %
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (Liquidado)	40,54 %	

Ao final do 3º bimestre de 2024, o índice de pessoal foi de 42,07%. De acordo com o artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), esse percentual deve ser monitorado nos 180 dias anteriores ao término do último ano do mandato. Nos 4º, 5º e 6º bimestres, os índices foram de 41,37%, 40,74% e 40,54%, respectivamente, **permanecendo dentro do limite legal.**

Despesas com Encargos Sociais - apuração até 31/12/2024

A análise das despesas com encargos sociais é feita apenas com a finalidade de demonstrar se a entidade tem honrado para com seus compromissos de origem previdenciária/trabalhista.

Assim, segue as despesas empenhadas, liquidadas e pagas para essas naturezas.

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
AGRICULTURA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	26.831,19	26.831,19	24.629,32
AGRICULTURA -- [FGTS]	25.162,25	25.162,25	25.162,25
ALMOXARIFADO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	6.710,97	6.710,97	6.178,81
ALMOXARIFADO -- [FGTS]	6.281,66	6.281,66	6.281,66
CEMITERIO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	3.067,30	3.067,30	2.824,91
CEMITERIO -- [FGTS]	2.870,15	2.870,15	2.870,15
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	10.757,91	10.757,91	9.936,66
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS -- [FGTS]	9.724,80	9.724,80	9.724,80
CONTABILIDADE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	23.962,78	23.962,78	21.951,07
CONTABILIDADE -- [FGTS]	22.478,64	22.478,64	22.478,64
EDUC. FIS E DESPORTOS III ESPOR. -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	3.024,51	3.024,51	2.782,12
EDUC. FIS E DESPORTOS III ESPOR. -- [FGTS]	2.786,91	2.786,91	2.786,91
EDUCACAO ESPECIAL -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	4.644,74	4.644,74	4.605,08
EDUCACAO ESPECIAL -- [FGTS]	4.115,39	4.115,39	4.115,39
ENSINO 1. GRAU - I EDUCACAO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	95.154,03	95.154,03	81.027,01
ENSINO 1. GRAU - I EDUCACAO -- [FGTS]	80.035,58	80.035,58	80.035,58
ENSINO MEDIO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	4.074,36	4.074,36	3.639,85
ENSINO MEDIO -- [FGTS]	3.815,98	3.815,98	3.815,98
ENSINO PRE-ESCOLAR -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	15.122,21	15.122,21	13.624,00
ENSINO PRE-ESCOLAR -- [FGTS]	13.290,15	13.290,15	13.290,15
ENSINO SUPERIOR -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	6.575,02	6.575,02	5.824,57
ENSINO SUPERIOR -- [FGTS]	6.472,00	6.472,00	6.472,00
FUNDEB MAGISTÉRIO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	124.457,82	124.457,82	117.472,92
FUNDEB MAGISTÉRIO -- [FGTS]	110.702,77	110.702,77	110.702,77
FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	18.567,79	18.567,79	16.416,73
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	37.234,19	37.234,19	34.026,22
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL -- [FGTS]	33.808,62	33.808,62	33.808,62
FUNDO MUNICIPAL SAUDE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	294.654,99	294.654,99	272.519,60
FUNDO MUNICIPAL SAUDE -- [FGTS]	256.853,83	256.853,83	256.853,83
GABINETE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	20.505,75	20.505,75	18.540,00
GABINETE -- [FGTS]	4.694,47	4.694,47	4.694,47
LANCADORIA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	4.521,24	4.521,24	4.164,30
LANCADORIA -- [FGTS]	4.230,40	4.230,40	4.230,40
LICITAÇÕES E CONTRATOS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	14.153,43	14.153,43	13.016,02
LICITAÇÕES E CONTRATOS -- [FGTS]	13.436,07	13.436,07	13.436,07
LIMPEZA PUBLICA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	9.313,44	9.313,44	8.563,19
LIMPEZA PUBLICA -- [FGTS]	8.711,29	8.711,29	8.711,29
MEIO AMBIENTE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	2.699,72	2.699,72	2.493,81
MEIO AMBIENTE -- [FGTS]	2.440,42	2.440,42	2.440,42
MERENDA ESCOLAR -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	24.473,95	24.473,95	22.399,46
MERENDA ESCOLAR -- [FGTS]	21.372,09	21.372,09	21.372,09
PROCURADORIA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	5.645,91	5.645,91	4.949,32
PROCURADORIA -- [FGTS]	5.838,08	5.838,08	5.838,08
RECURSOS HUMANOS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	8.370,64	8.370,64	7.708,12
RECURSOS HUMANOS -- [FGTS]	7.977,14	7.977,14	7.977,14
RUAS E AVENIDAS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	5.540,00	5.540,00	5.115,25
RUAS E AVENIDAS -- [FGTS]	5.013,99	5.013,99	5.013,99
SERML -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	63.250,60	63.250,60	57.940,16

SERML -- [FGTS]	60.185,29	60.185,29	60.185,29
TESOURARIA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	7.258,66	7.258,66	6.682,18
TESOURARIA -- [FGTS]	6.801,92	6.801,92	6.801,92
DESPESA TOTAL	1.559.673,04	1.559.673,04	1.488.130,57

Dívida Ativa - apuração até 31/12/2024

É sabido que a tomada de providências quanto a arrecadação da dívida ativa do Município é de suma importância, tendo sido, inclusive, foco de comunicados e orientações pelas diversas entidades fiscalizatórias, entre elas o Tribunal de Contas.

Desta forma, a tomada de providências no sentido de recuperação desses valores, quer seja via judicial, quer seja administrativamente ou extrajudicial via protesto, é essencial para a consecução dos objetivos da arrecadação.

Nessa linha, segue quadro comparativo entre os valores previstos na Lei Orçamentária com aqueles efetivamente arrecadados por meio da tomada de providências para recuperação dos valores inscritos em Dívida Ativa.

ORIGEM DA RECEITA	PREVISTO	ARRECADADO	%
IPTU DÍVIDA ATIVA	15.000,00	20.926,32	139,51
IPTU DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS DE MORA	4.000,00	5.911,75	147,79
IPTU DÍVIDA ATIVA - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	600,00	1.998,63	333,11
ISS DÍVIDA ATIVA	5.000,00	5.533,84	110,68
ISS DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS DE MORA	1.000,00	2.806,90	280,69
ISS DÍVIDA ATIVA - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	500,00	701,49	140,30
ALUGUEL DE MAQUINAS, TRATORES E VEICULOS. – DÍV. ATIVA	-	500,00	0,00
ALUGUEL DE MAQ. TRAT. E VEIC. – DÍV. ATIVA – MULTAS E JUROS	-	35,00	0,00
ALUGUEL DE MAQUINAS, TRATORES E VEICULOS – ATUAL. MONETARIA	-	23,50	0,00
TOTAL	26.100,00	38.437,43	147,27

Transferências de Duodécimos - apuração até 31/12/2024

Conforme cronograma de desembolso mensal, os valores a transferir para o Poder Legislativo foram fixados, para o exercício em exame, no montante de 969.960,00.

Até o mês atual, foram transferidos o correspondente a 100,00 % do valor total previsto, ou seja, o equivalente a 975.000,00.

Ressaltamos que houve a devolução por parte do Poder Legislativo no montante de 285.259,85.

DESCRIÇÃO	Data	FIXADO	REPASSADO	%
JANEIRO	17/01/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
FEVEREIRO	19/02/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
MARÇO	20/03/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
ABRIL	19/04/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
MAIO	20/05/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
JUNHO	21/06/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
JULHO	19/07/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
AGOSTO	20/08/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
SETEMBRO	20/09/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
OUTUBRO	18/10/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
NOVEMBRO	18/11/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %
DEZEMBRO	19/12/2024	81.250,00	81.250,00	100,00 %

Licitações - apuração até 31/12/2024

Na análise de despesas realizadas com licitação, dispensa ou outras não aplicáveis, constatamos que foram empenhados R\$ 26.215.770,95, liquidados R\$ 25.545.093,79 e pagos R\$ 25.280.076,54.

Com base nos valores empenhados, apurou-se que 33,99% (R\$ 8.909.886,44) foram gastos com processos de compras simplificado de acordo com o Decreto Municipal nº 2.209/2024, como também nas dispensas e inexigibilidades nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os dados a seguir melhor demonstram a situação, sendo que foram obtidos com o intuito de demonstrar o percentual de despesas sem a realização de licitação, além de eventual inconsistência entre os valores empenhados, liquidados e pagos.

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%	PAGA	%
DISPENSA	R\$ 7.360.223,42	28,08 %	R\$ 7.272.730,44	27,74 %	R\$ 7.195.282,04	27,45 %
INEXIGIBILIDADE	R\$ 1.549.663,02	5,91 %	R\$ 1.549.663,02	5,91 %	R\$ 1.527.980,44	5,83 %
MAT /SERV - CONVITE	R\$ 326.318,70	1,24 %	R\$ 326.318,70	1,24 %	R\$ 320.540,46	1,22 %
OBRA CONCORRENCIA	R\$ 1.090.578,97	4,16 %	R\$ 653.727,72	2,49 %	R\$ 598.039,47	2,28 %
OBRA TOMADA	R\$ 52.851,17	0,20 %	R\$ 52.851,17	0,20 %	R\$ 52.851,17	0,20 %
OUTRO NÃO APLICÁVEL	R\$ 13.558.796,42	51,72 %	R\$ 13.557.265,25	51,71 %	R\$ 13.485.722,78	51,44 %
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 488.376,00	1,86 %	R\$ 347.483,24	1,33 %	R\$ 346.483,24	1,32 %
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 1.788.963,25	6,82 %	R\$ 1.785.054,25	6,81 %	R\$ 1.753.176,94	6,69 %

Terceiro Setor - apuração até 31/12/2024

O escopo desse acompanhamento referente ao terceiro setor, aqui, é o de apurar os valores empenhados, liquidados e pagos repassados ou transferidos às entidades do terceiro setor. Isto é, entidades da organização da sociedade civil.

O objetivo primário é o de apenas levantar os numerários, acompanhando a execução financeira, direcionando esforços para quais entidades receberam numerários e quais os maiores montantes em ações de acompanhamento específico.

Abaixo é possível verificar as despesas com terceiro setor:

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DUARTINA	164.098,56	162.567,39	162.567,39
CASA DE AMPARO E PROTEÇÃO A CRIANÇA DE DUARTINA	24.000,00	24.000,00	24.000,00
RECANTO VICENTINO ABRIGO PARA VELHOS	23.400,00	23.400,00	23.400,00
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE DUARTINA	983.787,00	983.787,00	983.787,00
SOCIEDADE CRECHE MARIA PIOVEZAN BIM	1.333.239,77	1.303.205,09	1.303.205,09

Créditos Suplementares - apuração até 31/12/2024

Conforme previsto no Art. 7º, I da Lei 4320/64, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.350.194,00 (4,91%), obedecendo assim o limite de 5,00% previsto na Lei Orçamentária anual nº 1824 de 05/12/2023, o que representa uma autorização prévia de R\$ 1.375.000,00, do total de R\$ 27.500.000,00 aprovado no orçamento. Foram abertos também créditos suplementares autorizados por leis específicas no valor de R\$ 2.570.101,81, representando 9,35% do orçamento, totalizando assim um monte de créditos suplementares abertos no valor de R\$ 3.920.295,81, que corresponde a 14,26% do orçamento aprovado.

Conforme o Art 167, VI da Constituição, foram feitas transposições/remanejamentos e transferências de recursos no valor de 20.000,00.

Foram abertos créditos adicionais especiais autorizados em Lei específica no valor de 1.467.077,39.

Investimentos

As despesas com Investimentos são monitoradas com a finalidade de se verificar a tendência de realização desta em relação aos valores autorizados na LOA.

O quadro abaixo evidencia quanto de investimento foi empenhado em relação ao autorizado no orçamento e quanto do investimento empenhado já foi liquidado até o período em %:

DESCRIPTIVO	DOTAÇÃO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%
OBRAS E INSTALAÇÕES	1.644.382,52	1.143.430,14	69,54	706.578,89	61,79
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	334.050,00	229.139,35	68,59	106.509,35	46,48
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	60.000,00	50.346,23	83,91	50.346,23	100,00

Artigo 42 LRF - apuração até 31/12/2024

O art. 42 da LRF determina que, nos últimos 8 meses da gestão, toda despesa tenha cobertura financeira.

Desta forma se, em 30/04, ocorreu disponibilidade líquida, isto é, o saldo financeiro era maior que a despesas a pagar, resultando em “sobra de caixa”.

O quadro abaixo demonstra que a disponibilidade líquida em 30/04/2024 foi de 6.761.900,30 e em 31/12/2024 foi de 6.063.932,70, **ATENDEDO** assim o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apuração por Órgão dos Últimos 8 (Oito) Meses	R\$
Disponibilidade Financeira em 30/04/2024	6.970.056,10
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04/2024	805,36
(-) Empenho Liquidados a Pagar até 30/04/2024	139.217,16
(-) Valores Restituíveis	68.133,28
(=) Disponibilidade Líquida em 30/04/2024	6.761.900,30

Apuração por Órgão no 6º Bimestre	R\$
Disponibilidade Financeira em 31/12/2024	6.406.939,24
(-) Saldo de Restos a Pagar até 31/12/2024	265.017,25
(-) Valores Restituíveis	77.989,29
(=) Disponibilidade Líquida em 31/12/2024	6.063.932,70

Comparação entre a disponibilidade líquida de 31/12/2024 e 30/04/2024 (%)	-10,32
---	--------

LUCIANOPOLIS - 07 de FEVEREIRO de 2025

LIVIA TAVARES BENETTI
CONTROLADOR INTERNO